



Súmula da 4.^a Reunião do
Comité de Acompanhamento do
Programa Regional
Madeira 2030



ÍNDICE

Aprovação da Ordem de Trabalho (OT)	2
Ponto de situação da Implementação do Madeira 2030.....	2
Execução	3
Condições Habilitadoras	4
Plano de Avaliação	5
Operações de importância Estratégica	6
Reprogramação do Madeira 2030	7
Breve exposição sobre o <i>Mid-term Review</i>	7
Apresentação Sumária Relatório <i>Letta & Draghi</i>	8
Apresentação da Estratégia de Adaptação às Alterações Climáticas – Estratégia CLIMA Madeira	8
Proposta de Alteração da Composição e do Regulamento do Comité de Acompanhamento ...	9
Outros Assuntos.....	10

Súmula da 4.ª Reunião do Comité de Acompanhamento do Programa Regional Madeira 2030 (Madeira 2030)

Ao vigésimo primeiro dia do mês de novembro de dois mil e vinte quatro, pelas 14h30, iniciou-se a 4.ª Reunião do Comité de Acompanhamento (CA) do Programa Regional da Madeira para o período 2021-2027, adiante designado por “Madeira 2030”, no Hotel Vila Galé, em Santa Cruz, tendo comparecido os elementos identificados na lista de presenças que corresponde ao Anexo I - Lista de Presenças.

Aprovação da Ordem de Trabalho (OT)

A ordem de trabalhos (OT) foi previamente comunicada aos membros do Comité de Acompanhamento, por escrito, em sede de convocatória, contemplando os seguintes pontos:

1. Aprovação da Ordem de Trabalhos
2. Ponto de situação da Implementação do Madeira 2030
 - 2.1. Execução
 - 2.2. Plano de Avisos
 - 2.3. Condições habilitadoras
 - 2.4. Plano Avaliação
 - 2.5. Operações de Importância Estratégica
3. Reprogramação do Madeira 2030
4. Apresentação Sumária *Relatório Letta & Draghi*
5. Apresentação da Estratégia de Adaptação às Alterações Climáticas – Estratégia CLIMA Madeira
6. Proposta de Alteração da Composição e do Regulamento do Comité de Acompanhamento
7. Outros Assuntos

De acordo com o proposto pela Comissão Europeia e, com a concordância do CA, foi alterada a organização dos pontos da Ordem de Trabalho (Anexo 2 – Ordem de Trabalhos), integrando um novo ponto (o quarto ponto da OT) - Apresentação Sumária Relatório *Letta & Draghi*.

Ponto de situação da Implementação do Madeira 2030

Maria João Monte, AG Madeira 2030, fez um ponto de situação sobre a execução do Madeira 2030, assim como do encerramento do Madeira 14-20. O encerramento do Programa Madeira 14-20 decorre a bom ritmo e no cumprimento dos prazos definidos. O Madeira 2030, teve um arranque tardio do Programa, para o qual contribuíram os desafios relacionados com o contexto político regional que condicionou a publicação da regulamentação, bem como a concorrência com outros instrumentos de financiamento, como o Madeira 14-20 e o PRR, que tiveram impacto na execução inicial do Programa.

Execução

Ricardo Manica, AG Madeira 2030, informou que o Programa já dispõe de 146 operações submetidas, que representam um custo total de 210 milhões de euros, das quais 93 dessas operações são relacionadas com Sistemas de Incentivos à Inovação, que se encontram em análise pelo Organismo Intermédio (OI). Foram aprovadas 38 operações, traduzindo-se em 73 milhões de euros de fundo aprovado, 13 milhões de euros de fundo validado e mais de 22 milhões de euros de fundo pago. Referiu que o Madeira 2030 apresenta um bom desempenho relativamente aos demais Programas Regionais do PT2030, com 1,7% de fundo aprovado e 3% de fundo pago, enquanto a média nacional ronda 1%.

Destacou a necessidade de prosseguir com o bom ritmo na execução de candidaturas, na aprovação de operações, nos pedidos de pagamento e no lançamento de novos Avisos, atendendo a que, até ao final do corrente ano, têm de ser executados 105 milhões de euros por forma a cumprir a regra N+3.

Marika Sandell, DG REGIO, elogiou a Autoridade de Gestão (AG) pela descentralização física das reuniões e organização de visitas aos projetos, mas mostrou-se preocupada com o ritmo de execução do Programa, no âmbito do FEDER.

Miguel Amorim, DG EMPLOI, destacou o bom trabalho desenvolvido pela AG na medida em que contraria a opinião generalizada de que os programas regionais dificilmente atingiam os 100% de execução. Questionou se o fundo pago correspondia a pagamentos efetuados pelo Orçamento Regional (OR) ou reembolsos da Comissão Europeia (CE).

Ricardo Manica, AG Madeira 2030, respondeu tratar-se de pagamentos de fundos europeus aos beneficiários.

Miguel Amorim, DG EMPLOI, mostrou-se satisfeito com o montante de fundos aprovados, em especial do FSE+, destacando as aprovações nos objetivos específicos 4.6 (formação e educação) e 4.8 (inclusão social), as quais correspondem a 24 milhões de euros e 11 milhões de euros, respetivamente. Destacou a recuperação do programa face ao atraso inicial, particularmente nos objetivos específicos 4.4 (formação e nível de emprego) 4.1 (emprego). Referiu que o Madeira 2030 é um dos programas do PT2030 com melhor desempenho ao nível dos fundos aprovados.

Maria João Monte, AG Madeira 2030, retomou o ponto relativamente à dinâmica do Madeira 2030 na execução do FSE+ e do FEDER, explicando que a regulamentação específica do FSE+ foi aprovada no final de 2023, permitindo que a sua operacionalização tivesse início logo no ano de 2024. Já quanto ao FEDER, a conjuntura política adversa impediu a publicação da regulamentação, afetando o lançamento de novos Avisos.

Plano de Avisos

Maria João Monte, AG Madeira 2030, efetuou uma breve análise dos Avisos publicados até à data, comparando a dinâmica do Programa Madeira 2030 com a dinâmica dos restantes Programas nacionais.

Em 2024 foram lançados 28 Avisos FSE+ e 5 Avisos FEDER, verificando-se um maior número de avisos FSE+ nas prioridades 4A e 7A e, no FEDER, a maior parte da dotação foi na prioridade 2A.

Referiu que, embora o Madeira 2030 esteja numa posição mais modesta nos Avisos publicados face aos programados, tem demonstrado progressos positivos a nível das aprovações e execução. Deu nota que na revisão do Plano Anual de Avisos, já remetida à AD&C, prevê-se, para o ano de 2025, a abertura de 25 Avisos.

Sara Estudante Relvas, OI-IQ, fez um ponto de situação sobre a sua atividade enquanto OI do Madeira 2030. Assim, em 2024, foram abertos 18 Avisos, os quais resultaram na submissão de 44 candidaturas e, até à data, foram aprovadas 26 candidaturas, num montante total de 21.520.000 euros, provenientes do FSE+, tendo sido validados e pagos 28 pedidos de reembolso, no montante de 5.200.000 euros.

Em 2025, está previsto o lançamento de 10 Avisos, abrangendo 5 novas tipologias: 1) formação modular, 2) formação digital, 3) formação empresarial individual, 4) formação empresarial conjunta e 5) capacitação para a inclusão.

Duarte Freitas, OI-IDE, fez uma breve reflexão do ano de 2024, referindo a instabilidade política e a incerteza quanto ao Orçamento e à aprovação do Programa de Governo. Contudo, destacou a resiliência da economia da Região e a dinâmica de crescimento e reafirmou o compromisso no lançamento de medidas de apoio ao investimento.

Márcia Gomes, ISSM, relativamente às medidas da prioridade 4C, deu nota que ainda estão numa fase inicial de implementação, que já foram aprovados os critérios de seleção e a Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo. O Aviso para a Assistência Técnica encontra-se aberto e já estão a trabalhar na abertura de um procedimento de contratação para a aquisição de géneros alimentares e bens de primeira necessidade.

Marisa Nóbrega, BREPP - IEM, informou sobre as novas medidas de emprego do IEM, destacando as reformas nas Políticas de Emprego com foco na inclusão dos jovens. Sublinhou que as medidas em curso têm tido resultados positivos, tanto na inserção no mercado de trabalho, como na redução das taxas de desemprego.

Maria João Monte, AG Madeira 2030, acrescentou que o IDR irá lançar em breve Avisos para programas de inserção socioprofissional, apoios à contratação, criação de empresas, estágios profissionais e programas de formação e emprego.

Condições Habilitadoras

Patrícia Chaves, AG Madeira 2030, referiu que as condições habilitadoras são requisitos essenciais para a aplicação dos Fundos Europeus, devendo ser cumpridas durante todo o período de programação, sob pena de não certificação da despesa.

No âmbito do Programa Madeira 2030, todos os referenciais que concorrem para as Condições Habilitadoras foram apresentados, estando algumas em processo de avaliação pela CE. Sobre a revisão da Estratégia Clima Madeira, informou que a mesma está a ser efetuada em conformidade com as novas orientações científicas, sendo que a primeira fase foi concluída e a

segunda fase, que abrangerá a revisão dos cenários climáticos de longo prazo, terá o apoio do Madeira 2030.

Marika Sandell, DG REGIO, explicou que o processo de avaliação das Condições Habilitadoras envolve, antes da submissão formal à CE, um trabalho informal entre o Estado-Membro e a CE, com o objetivo de assegurar a concordância sobre os documentos a serem apresentados.

Miguel Amorim, DG Emploi, destacou a importância de manter as Condições Habilitadoras atualizadas, abrangendo não apenas os referenciais estratégicos, mas também as condições materiais, estruturais e de recursos humanos, a fim de evitar interrupções no processo de reembolso da CE. Informou que todas as Condições Habilitadoras do FSE+ estão regularizadas, permitindo que sejam efetuados pedidos de reembolsos.

Cláudia Joaquim, AD&C, deixou um especial agradecimento à CE e à Comissão Diretiva do Madeira 2030. Enfatizou a importância do cumprimento das Condições Habilitadoras, dado que qualquer interrupção terá consequências no processo de certificação de despesa. Informou que será submetido o primeiro PPI no FSE+, no valor de 12 milhões de euros.

Plano de Avaliação

Maria João Monte, AG Madeira 2030, informou que este ponto visa informar o Comité de Acompanhamento das avaliações previstas para 2024 e 2025, as avaliações em curso, as avaliações realizadas por outros Programas, bem como da revisão do Plano de Avaliação.

Patrícia Chaves, AG Madeira 2030, referiu estarem previstas seis avaliações no Plano de Avaliação do Madeira 2030, o dobro das avaliações feitas no Programa Madeira 14-20.

Sobre a execução do Plano de Avaliação, devido ao atraso no arranque do Programa, a AG optou por lançar apenas uma Avaliação em 2024, ao invés das três que estavam previstas. Informou que o procedimento para a Avaliação da Operacionalização está em fase de análise das propostas. A avaliação da RIS3 ocorrerá no primeiro trimestre de 2025, aguardando-se a harmonização da AD&C com as outras avaliações. Além disso, a AG também colabora em avaliações de outros Programas, como Avaliação do REACT-EU e da Internacionalização.

Quanto à revisão anual do Plano de Avaliação, as avaliações de 2024 e 2025 serão fundidas em uma única avaliação, a ser realizada no primeiro trimestre de 2025.

Maria João Monte, AG Madeira 2030, agradeceu a colaboração das entidades envolvidas nos processos de avaliação do Programa e informou que, no âmbito da Avaliação da Operacionalização, pretende-se que o relatório da primeira fase apresente possíveis recomendações para a revisão do Programa.

Marika Sandell, DG REGIO, questionou sobre a possibilidade de envolvimento dos membros do Comité nas Avaliações e nos grupos de trabalho.

Maria João Monte, AG Madeira 2030, esclareceu que a maioria dos membros do Comité participa nos estudos, dada a proximidade das entidades com as áreas de intervenção e suas responsabilidades, sublinhando a preocupação da AG em envolver as entidades regionais, especialmente nos grupos de trabalho.

Operações de importância Estratégica

Maria João Monte, AG Madeira 2030, destacou a obrigatoriedade de comunicação dos progressos à CE e ao Comité de Acompanhamento. Mencionou que, ao lançar um Aviso sobre uma Operação de Importância Estratégica (OIE), os beneficiários são informados das responsabilidades adicionais de comunicação.

Ricardo Figueira, AG Madeira 2030, acrescentou que a lista das OIE, no Apêndice 3 do Programa, inclui uma dotação global indicativa de cerca de 194 milhões de euros, representando aproximadamente 25% da dotação total do Programa.

No âmbito do Madeira 2030 existem quatro Avisos com OIE, dos quais três já foram encerrados, resultando em três operações aprovadas, com uma dotação total de 25 milhões de euros. No que diz respeito à prioridade 2A, a operação teve um custo total de 13,4 milhões de euros, com 7,5 milhões de euros provenientes do fundo. Na prioridade 4A, a operação teve um custo de 12 milhões de euros aprovados e 24 milhões de euros de custo total. No caso da prioridade 4B, esta teve 5,7 milhões de euros de financiamento e 6,7 milhões de euros de custo total.

Maria João Monte, AG Madeira 2030, completou a informação explicando que nem todas as operações das tipologias de ação 2A e 4B são consideradas OIE. Essa análise será efetuada pela AG após seleção das operações. No que respeita à comunicação das OIE, será adotada uma orientação comum a todas as AG, com o objetivo de garantir uma seleção harmonizada dentro de cada tipologia de ação.

Miguel Amorim, DG Emploi, questionou se a comunicação à Comissão Europeia seria realizada por meio da presente apresentação ou por outros canais.

Maria João Monte, AG Madeira 2030, informou da existência de um *Template* para o efeito e que a comunicação é feita à CE. Reforçou o dever de informar, de modo que em cada reunião do Comité será efetuado um ponto de situação desta matéria.

Miguel Amorim, DG Emploi, realçou a importância da AG reforçar a comunicação para que o público externo compreenda o funcionamento dos Fundos e a sua relevância. Deu como exemplo o evento do Pessoas2030, destacando a dinâmica, qualidade e o nível dos participantes.

Maria João Monte, AG Madeira 2030, agradeceu a intervenção e acrescentou que a comunicação é também importante para as entidades apoiadas pelos Fundos, uma vez que nem sempre cumprem as regras de comunicação. Nesse sentido, a AG está a ponderar a implementação de penalizações financeiras para esses casos.

Miguel Amorim, DG Emploi, manifestou a sua concordância face às dificuldades ao nível da comunicação dos fundos.

Maria João Monte, AG Madeira 2030, enfatizou que é uma preocupação da AG a melhoria da comunicação. A esse propósito, informou o Comité da participação do Madeira 2030 na Mostra dos Fundos Europeus, convidando os membros do CA à participação. Anunciou também a realização do evento de encerramento do Madeira 14-20, para o início de 2025.

Cláudia Joaquim, AD&C, destacou a importância de divulgar as OIE na rede de comunicação, assim como junto da Academia dos Fundos, no caso das OIE com impacto no ecossistema dos OIE.

Reprogramação do Madeira 2030

Maria João Monte, AG Madeira 2030, destacou que a reprogramação levada a este Comité, foi feita após uma articulação entre a AD&C e a CE e submetida a consulta escrita ao CA, tendo incidido na inclusão de mais opções de custos simplificados. Informou que, no âmbito da Consulta Escrita, apenas foram rececionados contributos sobre os Critérios de Seleção, os quais, serão incorporados.

Breve exposição sobre o *Mid-term Review*

Miguel Amorim, DG Emploi, iniciou a apresentação da revisão intercalar (*Mid-term Review*) referindo que esta tem por objetivo avaliar a necessidade de modificações nos Programas e deverá considerar as recomendações específicas para Portugal, de 2024. Embora não existam recomendações no FSE+, há uma recomendação geral de aceleração da execução dos fundos. Lançou duas questões aos presentes, desafiando os diferentes setores representados a intervir:

- Considerando o estado de execução do Madeira 2030, que alterações são consideradas necessárias e que a revisão intercalar pode ser uma oportunidade?
- Como pode o financiamento do Programa ser distribuído de forma mais eficiente, considerando os desafios socioeconómicos identificados para a Madeira no relatório de Portugal no âmbito do semestre europeu?

Sobre a segunda questão, referiu que duas secções do relatório mencionam a Madeira e os Açores, sobre os níveis de pobreza acima dos níveis nacionais e europeus e o declínio da população, com um decréscimo de 4% na Madeira entre 2013 e 2021.

Maria João Monte, AG Madeira 2030, agradeceu a apresentação e as questões colocadas, assumindo o compromisso de enviá-las aos membros do Comité de Acompanhamento.

Paulo Vieira, DREM, sobre os níveis de pobreza referiu que, embora os indicadores de pobreza e de desigualdade na Madeira estejam acima da média nacional, desde 2017 a taxa de risco de pobreza tem vindo a diminuir progressivamente, de 27,5% para 24,8%. A taxa de pobreza severa, a taxa de privação material e social severa, atingiram o nível mais baixo de sempre (6,3%), embora ainda superior à média nacional de (4,9%) e que a taxa de pobreza é inferior às restantes Regiões Ultraperiféricas.

Considera a taxa de risco de pobreza um indicador mais preciso, visto que este indicador tem consideração as variações socioeconómicas específicas de cada Região. Na RAM tem um valor de 19,7%, o que se traduz num valor muito próximo da média nacional (17%).

Miguel Amorim, DG Emploi, destacou as melhorias evidenciadas na área da pobreza, no entanto, esta continua a ser uma preocupação, alertando para o fenómeno da pobreza no

trabalho. Concluiu assumindo o compromisso de abordar a questão da pobreza na Madeira no próximo relatório, levando em consideração as diferenças regionais.

Paulo Vieira, DREM, esclareceu que a informação utilizada é de fontes oficiais e não de estudos independentes. Todos estes dados estão disponíveis no Eurostat, com exceção da taxa de risco de pobreza com linha regional, que é fornecida pelo INE. A Região deverá ter como meta a redução desta taxa, visando aproximá-la dos valores mais baixos dos países/regiões europeias, que rondam os 10%

Filipe Oliveira, AREAM, sugeriu que, numa revisão intercalar, fosse intensificada a sensibilização nas áreas da energia e das alterações climáticas, pois os indicadores ainda não refletem os resultados esperados. Indicou diversas razões para tal, com especial destaque para a falta de literacia energética, tanto ao nível residencial, como doméstico e empresarial.

Maria João Monte, AG Madeira 2030, agradeceu os comentários e solicitou o envio de um documento mais detalhado, como intuito de proceder à elaboração de uma proposta.

Apresentação Sumária Relatório Letta & Draghi

Marika Sandell, DG REGIO, efetuou uma síntese dos relatórios *Letta e Draghi*, destacando que ambos abordam a crescente disparidade de produtividade entre a Europa, EUA e China, assim como a necessidade de aumentar a produtividade na Europa, através da Inovação, que por sua vez requer investimentos e reformas.

O Relatório *Letta* propõe uma Política de Coesão dinâmica, focada nas PME e na livre circulação de resultados de investigação, destacando a importância do acesso aos Serviços de Interesse Geral. O Relatório *Draghi* tem o seu foco na inovação, simplificação da regulamentação e na descarbonização, considerando os preços elevados da energia como um fator crítico.

Concluiu com uma reflexão sobre a importância da inovação e da produtividade num contexto de intensa competição e complexidade geopolítica.

Maria João Monte, AG Madeira 2030, agradeceu a intervenção de Marika Sandell e fez referência ao debate promovido sobre a Política de Coesão, ao qual todos os membros do Comité de Acompanhamento foram convidados a assistir e que, para aqueles que não o puderam fazer, as intervenções estão disponíveis no site do IDR e da AD&C. Destacou a importância de uma reflexão crítica sobre os instrumentos atuais da Política de Coesão e solicitou aos membros os seus contributos para o desenvolvimento dessa reflexão.

Apresentação da Estratégia de Adaptação às Alterações Climáticas – Estratégia CLIMA Madeira

Manuel Ara Oliveira, DRAM, referiu a importância dos instrumentos financeiros para o desenvolvimento da Região e realçou as dificuldades específicas da Madeira, resultantes das suas características geográficas e ambientais, como a orografia montanhosa e a localização insular, que representam desafios adicionais em comparação com outras regiões da UE.

Explicou que a Madeira tem vindo a adaptar os seus Planos e Políticas em resposta às alterações climáticas, no caso da Estratégia Clima Madeira, elaborada em 2015, encontra-se em processo de revisão de modo a incorporar cenários mais atualizados. Essas adaptações tornam a Estratégia Clima Madeira mais assertiva e eficaz, bem como contribuirão para que a Região cumpra os seus compromissos, designadamente no objetivo de redução das emissões de gases com efeito de estufa.

Maria João Monte, AG Madeira 2030, agradeceu a apresentação e assinalou que foram abordadas questões de grande relevância, incluindo preocupações relativas ao futuro, observando que, quanto maior for o conhecimento das previsões, maior será a capacidade de agir de forma preventiva.

Miguel Amorim, DG EMPLOI, destacou a existência de um novo fundo denominado “*Social Climate Fund*”. Embora ainda não se disponha de todos os detalhes, este fundo, cujo foco recai sobre as questões sociais, representa uma oportunidade. Em Portugal será gerido pelas Direções Gerais de Emprego e Assuntos Sociais, bem como pela Direção-Geral de Clima. A dotação financeira alocada a Portugal deverá ser entre 4 e 5 bilhões de euros, embora ainda não seja possível especificar as ações que poderão ser financiadas.

Proposta de Alteração da Composição e do Regulamento do Comité de Acompanhamento

Maria João Monte, AG Madeira 2030, referiu que o objetivo desta revisão consiste em adaptar a composição do Comité, por forma a torná-lo mais eficaz e em resposta às recomendações previamente apresentadas pelos membros. Deu nota que a participação nos Comités de Acompanhamento tem vindo a diminuir ao longo das reuniões, manifestando preocupação com esta tendência. Com este mote, passou à análise da proposta de alteração do Regulamento Interno do Comité de Acompanhamento.

Miguel Amorim, DG EMPLOI, expressou a sua satisfação com a proposta de alteração proposta, pois visa um maior “equilíbrio” entre a representação institucional pública e privada, bem como a eliminação da duplicação de representantes. Sugeriu a inclusão de uma maior representação de outros subsectores, com vista ao enriquecimento das discussões, nomeadamente em temáticas relacionadas com a inclusão social, o clima, o emprego e as qualificações.

Concluiu com um apelo à AG, para garantir que as decisões relativas ao Programa, considerem a participação de todo o Comité, e não apenas os institutos principais.

Maria João Monte, AG Madeira 2030, destacou o esforço contínuo da AG em disponibilizar mais informações sobre as áreas sobre as quais os membros têm de se pronunciar, sublinhando os membros do Comité têm vindo a ser chamados a se pronunciar em momentos decisivos, nomeadamente nos aspetos relativos à operacionalização do Programa.

Com a concordância do CA, foram concedidos cinco dias úteis para que os membros do CA se pronunciassem acerca da proposta de alteração da composição do Comité.

Mariana Bettencourt, DRAS, expressou a sua concordância com a proposta e elogiou a adoção de uma linguagem inclusiva em parte do documento, colocando-se à disposição para colaborar na implementação dessa abordagem em todo o conteúdo.

Maria João Monte, AG Madeira 2030, agradeceu e sugeriu que fosse enviada uma proposta de ajustamento, por forma a garantir que a linguagem inclusiva seja aplicada uniformemente.

Outros Assuntos

Maria João Monte, AG Madeira 2030, informou o Comité sobre a regulamentação específica publicada, destacando que, desde a última reunião, ocorreram avanços significativos. Deu nota que o Sistema de Incentivos à eficiência energética ainda está em fase de elaboração e que, nesta fase, a digitalização não será abordada, devido à prioridade atribuída ao PRR.

No que diz respeito aos Critérios de Seleção foram efetuadas algumas alterações, após Consulta Escrita ao CE, nomeadamente a eliminação de um Critério de Seleção sobre a ligação marítima Madeira-Porto Santo.

Mencionou que os Avisos para os Planos de Ação das ITI já foram lançados e as candidaturas estão em fase de análise, os montantes e complexidades variáveis entre os municípios, têm dificultado a análise. Indicou que a decisão final deverá ser tomada em breve.

Relativamente à capacitação dos membros do CA, sublinhou a realização de ações de formação com a AD&C sobre sistemas de informação, fundos e candidaturas. Além disso, destacou a presença da equipa em redes temáticas a nível nacional, beneficiando do conhecimento compartilhado nessas redes.

Concluiu a sua intervenção com a apresentação dos resultados da avaliação sobre debate realizado da Coesão, a qual contou com uma pontuação média superior a 98% nos índices de clareza e pertinência das intervenções.

A reunião foi encerrada pelas 18 horas.

A Autoridade de Gestão do Madeira 2030

Funchal, 12 de fevereiro de 2025



Ficha Técnica

Título: Súmula da 4.ª Reunião do Comité de Acompanhamento do Programa Regional Madeira 2030

Edição: Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM

Travessa do Cabido, n.º 16
9000-715 Funchal
Tel.: (+351) 291 214 000

Data de Edição: fevereiro de 2025.

Informação disponível em www.idr.madeira.gov.pt

